



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

CAPÍTULO I. DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a contratação de serviços de consultoria para realizar assessment no ambiente tecnológico do TRE-MS.
2. Aplicam-se à prestação dos serviços a serem contratados as condições indicadas neste Termo de Referência e na Minuta do Contrato, sendo estas complementadas, de forma subsidiária, pelas demais normas aplicadas ao objeto da contratação;
3. A contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência será realizada mediante licitação, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço.
4. A contratação se justifica pela necessidade de se Identificar lacunas na infraestrutura e nos processos de TI para correções e melhorias no ambiente, com foco na estruturação necessária para melhorar a eficiência na disponibilização de serviços na nuvem privada do TRE-MS e, futuramente, na nuvem pública. A Resolução CNJ nº 370/2021, que trata da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), traz dentre seus objetivos estratégicos, um que trata de promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas. No Capítulo IV, Seção II, Da Infraestrutura Tecnológica e Serviços em Nuvem, Art. 35, recomenda a utilização dos serviços em nuvem para simplificar a estrutura física, viabilizar a integração, atendendo a requisitos aceitáveis de segurança da informação, proteção de dados, disponibilidade e padronização do uso dessa tecnologia no Poder Judiciário.

CAPÍTULO II - DOS SERVIÇOS, ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADES E PREÇOS MÁXIMOS

1. A descrição dos serviços a serem prestados, especificações e respectivas quantidades e preços máximos estão indicados abaixo:

ITEM	Descrição	Quantidade	Valor máximo mensal
01	Assesment do ambiente tecnológico do TRE-MS <ul style="list-style-type: none">• Avaliação de processos, métodos e tecnologias do setor de redes;• Avaliação de processos, métodos e tecnologias do setor plataforma;• Avaliação de processos, métodos e tecnologias do setor infraestrutura;• Avaliação de processos, métodos e tecnologias do setor de virtualização;• Avaliação de processos, métodos e tecnologias do setor de storage;• Avaliação de processos, métodos e tecnologias do setor de bancos de dados;• Avaliação de processos, métodos e tecnologias do setor de desenvolvimento.	1	R\$ 17.501,66
Valor Total da Contratação			R\$ 17.501,66
Valo mínimo do intervalo entre os lances			R\$ 10,00

2. O serviço será prestado no endereço **Av. Des. Leão Neto do Carmo, 23 – Parque dos Poderes, Campo Grande - MS.**

2.1. Poderá haver a necessidade de alteração no endereço indicado acima, uma única vez, durante a vigência do contrato. A instalação do link deverá ser realizada no endereço indicado pelo fiscal da contratação, desde que no mesmo município, sem majoração do preço

3. O prazo para a execução dos serviços será de 90 dias a contar da assinatura do recebimento pela contratada da comunicação (Ordem de Serviço) da fiscalização e o prazo de vigência da contratação será de 6 meses.

CAPÍTULO III. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DISCRIMINADOS NO ITEM 01 (Assesment do ambiente tecnológico do TRE-MS)

Condições Gerais

Os documentos a serem entregues ao final da prestação do serviços serão:

- Slidedeck com informações da análise e sugestões para o TRE-MS;
- Backlog macro de atividades priorizado;
- Apoio na construção de template Definition of Done;
- Apoio na construção de template Definition of Ready;

Cronograma - Atividades e Execução	
Integração (Opcional)	Introdução ao modelo IaC
	Introdução sobre DevOps & DevSecOps
	Introdução sobre GitOps
	Introdução sobre Cloud Native & Kubernetes
	Comparação de Kubernetes vs Nomad
	Comparação de Openshift vs Rancher
	Introdução sobre tipos de Deploy
	Introdução sobre CI/CD e Pipelines
	Introdução ao Kanban
Semana 1	Reunião de Kick OFF do projeto
	Solicitação e validação de acessos
	Definição de agenda com gestores das áreas
	Ponto de controle com gestor responsável
Semana 2	Início da avaliação remota
	Agenda com área de desenvolvimento
	Agenda com área de redes e infraestrutura
	Ponto de controle com gestor responsável
Semana 3	Continuação da avaliação remota
	Agenda com área de virtualização
	Agenda com área de storage
	Agenda com área de banco de dados
	Ponto de controle com gestor responsável
Semana 4	Consolidação de dados
	Construção de apresentação para o cliente
	Apresentação para o cliente
	Ponto de controle com gestor responsável
Semana 5	Construção de backlog, priorização e definição de atividades
	Revisão do backlog (segunda reunião)
	Encontro de feedback e review do projeto
	Encerramento do projeto

Requisitos de Segurança

1. A empresa contratada deverá respeitar as diretrizes constantes da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral (Resolução TSE N° 23.644/2021), obrigando-se a manter sigilo a respeito de quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, códigos, cadastros, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos, modelos ou outros materiais de propriedade do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul aos quais tiver acesso em decorrência do objeto da presente contratação, ficando terminantemente proibida de fazer uso ou revelação destes sob qualquer justificativa;
2. O Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul terá propriedade sobre todos os documentos e procedimentos operacionais produzidos no escopo da presente contratação;
3. Os documentos eventualmente produzidos deverão ser repassados ao Tribunal tanto em formato não editável (PDF) como também em formato editável (.DOCX).
4. **O fornecedor assinará um Termo de Confidencialidade, no momento da assinatura do contrato, em que se comprometerá a não acessar, não divulgar e proteger todos os dados de infraestrutura e de vulnerabilidades do contratante a que tiver acesso, que abrangerá todos os seus colaboradores e terceiros, sob as penas da lei.**

Capacidade Técnica

5. Capacidade Técnica - A empresa contratada deverá apresentar atestado de capacidade técnica que comprove que atendeu empresa/órgão público com 50% do ambiente tecnológico do Datacenter do TRE-MS, qual seja aproximadamente 150 equipamentos servidores. Ou seja, comprovar que realizou a atividade em ambiente tecnológico com pelo menos 75 equipamentos servidores.

CAPÍTULO IV. DA NOTA FISCAL/FATURA

1. O faturamento dos serviços contratados deverá, caso seja tecnicamente possível, ter sua periodicidade coincidente com os meses civis.
2. A Contratada deverá emitir a respectiva Nota Fiscal no máximo até o dia 20 do mês em exercício e encaminhá-la imediatamente para o e-mail da fiscalização, sgi@tre-ms.jus.br.
3. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter a indicação resumida dos serviços a que se refira, executados no respectivo período de competência, sendo vedada a inclusão de serviços que não tenham sido expressamente contratados/requisitados pelo TRE-MS.
4. Para fins de atendimento da IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO V. DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de até 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.
2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista (CNDT).
3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:
 - a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
 - b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.
4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO VI. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As sanções administrativas relativas ao objeto desta contratação serão disciplinadas no Termo de Contrato (minuta – Anexo II).

CAPÍTULO VII. DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE-MS

1. Sem prejuízo do que vier a ser disposto na minuta do Termo de Contrato, são direitos e deveres do TRE-MS:
 - 1.1. Requisitar a prestação dos serviços objeto desta contratação, na forma prevista neste Termo de Referência e nas demais normas aplicáveis.
 - 1.2. Exigir da contratada o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
 - 1.3. Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
 - 1.4. Aplicar penalidades à contratada, por descumprimento contratual.
 - 1.5. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

CAPÍTULO VIII. DAS OBRIGAÇÕES DA(S) CONTRATADA(S)

1. Sem prejuízo do que vier a ser disposto na minuta do Termo de Contrato, são obrigações gerais a serem observadas por todas as empresas contratadas:
 - 1.1. Prestar ao TRE-MS os serviços objeto desta contratação, conforme estabelecido neste Termo de Referência, no Edital de Licitação, na Minuta do Contrato e nos demais anexos, obedecendo à regulamentação aplicável.
 - 1.2. Dispor de um consultor ou gerente de contas para acompanhar o CONTRATO e indicar o(s) funcionário(s) que estarão designados para atender as solicitações da FISCALIZAÇÃO relativas a esta contratação. A qualquer tempo, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição do referido consultor ou gerente de contas da Contratada, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos serviços.
 - 1.3. Garantir sigilo e inviolabilidade das comunicações de dados ou mensagens realizadas por meio do serviço desta contratação.
 - 1.4. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade das Contratadas para terceiros, exceto no caso de transferência de Contratos de Concessão ou de Permissão, ou de Termo de Autorização.
 - 1.5. Responsabilizar-se pelas infrações à regulamentação aplicável ao objeto da contratação, que consistirão em infrações contratuais quando comprometerem os serviços prestados ao TRE-MS.
 - 1.6. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
 - 1.7. A contratada fica, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.
 - 1.8. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE-MS (Resolução 690/2020);
 - 1.9. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE-MS;
 - 1.10. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE-MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
 - 1.11. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

CAPÍTULO IX - DEMAIS INFORMAÇÕES ACERCA DA CONTRATAÇÃO EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO N.º 182/2013 – CNJ (ART. 18, § 3º, INCISO II)

a) Motivação da contratação

Identificar lacunas na infraestrutura e nos processos de TI para correções e melhorias no ambiente, com foco na estruturação necessária para melhorar a eficiência na disponibilização de serviços na nuvem privada do TRE-MS e, futuramente, na nuvem pública. A Resolução CNJ nº 370/2021, que trata da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), traz dentre seus objetivos estratégicos, um que trata de promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas. No Capítulo IV, Seção II, Da Infraestrutura Tecnológica e Serviços em Nuvem, Art. 35, recomenda a utilização dos serviços em nuvem para simplificar a estrutura física, viabilizar a integração, atendendo a requisitos aceitáveis de segurança da informação, proteção de dados, disponibilidade e padronização do uso dessa tecnologia no Poder Judiciário.

b e c) Objetivos e Benefícios a serem alcançados

Identificar e tratar as lacunas na infraestrutura e nos processos de TI
Priorizar as correções e melhorias no ambiente
Aumentar sinergia entre equipes de infraestrutura de TI e desenvolvimento de soluções
Melhorar a eficiência da disponibilização dos serviços em nuvem privada e futuramente, na nuvem pública

d) Alinhamento entre a contratação e o planejamento estratégico

A Solução escolhida atende às necessidades do Órgão quando contribui para atender às necessidades de TI, uma vez que melhora o indicador: “Segurança da informação, infraestrutura de processamento e aplicativos”, constante do PETI do TRE-MS.

e) Referência aos Estudos Preliminares realizados

Os estudos preliminares que nortearam a presente contratação encontram-se no Processo SEI nº 0000195-33.2022.6.12.8000.

f) Relação entre a demanda prevista e a ser contratada

A demanda prevista inicialmente previa a contratação de uma empresa para realizar o assessment do ambiente tecnológico do TRE-MS, visando identificar lacunas para correções e melhorias no ambiente. Durante os estudos preliminares, não houve alteração do escopo. Ou seja, a demanda prevista é a mesma a ser contratada.

g) Soluções disponíveis no mercado

A solução disponível no mercado é a contratação de uma empresa para realizar um Assesment do ambiente tecnológico do TRE-MS. Outra possibilidade, seria a pesquisa nos diversos órgãos públicos para verificar se algum possui servidões aptos a realizar o Assesment necessário ao TRE-MS. Como não há um banco com esse tipo de informação, torna-se inviável esse tipo de pesquisa.

Sendo assim, a solução prática é contratar uma empresa de mercado que realize o trabalho.

h) O objeto enquadra-se como Elemento de Despesa: 33.90.40.21 – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE TIC.;

i) A adjudicação se dará para um único contratado, haja vista a inviabilidade do parcelamento do objeto.

j) Licitação, modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço, tendo em vista se tratar de objeto comum, ou seja, possui características comuns e usuais encontrados no mercado, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos.

k) Não há impacto ambiental, uma vez que as atividades serão realizadas virtualmente, não gerando consumo de combustível de avião, veículo, ou outro tipo de transporte.

l) Conformidades técnicas estão descritas nas especificações do objeto (Capítulo III deste Termo de Referência). Não há conformidade legal a ser exigida nesta contratação.

m) As obrigações contratuais, os papéis a serem desempenhados por cada envolvido na contratação e a dinâmica do fornecimento constam deste Termo de Referência e da minuta do contrato.

As especificações técnicas detalhada do objeto encontram-se no capítulo III deste Termo de Referência.

- O TRE-MS possuirá independência tecnológica de operacionalização (haverá documentação de todo o assessment e repasse de conhecimento).

- A descrição de direitos de propriedade intelectual e autorais não se aplica a contratação objeto deste procedimento administrativo

Durante a contratação, serão usados os modelos de praxe do TRE/MS: para requisição dos itens, aceite dos produtos, análises da fiscalização, etc.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Marcelo Silva de Novaes

STI/CITIS - Integrante Demandante

Ulysses Pereira de Almeida Neto

STI/CITIS/SGI - Integrante Técnico

Patrícia Harumi Yamasaki

STI/CITIS/SBDIS - Integrante Técnico

Érika Murakami Duarte da Rosa

SAF/CRM/SLC - Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO SILVA DE NOVAES, Coordenador(a)**, em 25/08/2022, às 16:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ULYSSES PEREIRA DE ALMEIDA NETO, Analista Judiciário**, em 25/08/2022, às 17:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por ÉRIKA MURACKAMI DUARTE DA ROSA, Técnico Judiciário, em 29/08/2022, às 16:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.app.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1275106** e o código CRC **B83B6152**.

0000195-33.2022.6.12.8000

1275106v2